

**OUTRAS CAROLINAS:
banzo e lamento na autobiografia de Zeli Barbosa**

Deivison Moacir Cezar de Campos¹
Universidade Luterana do Brasil, Porto Alegre-RS

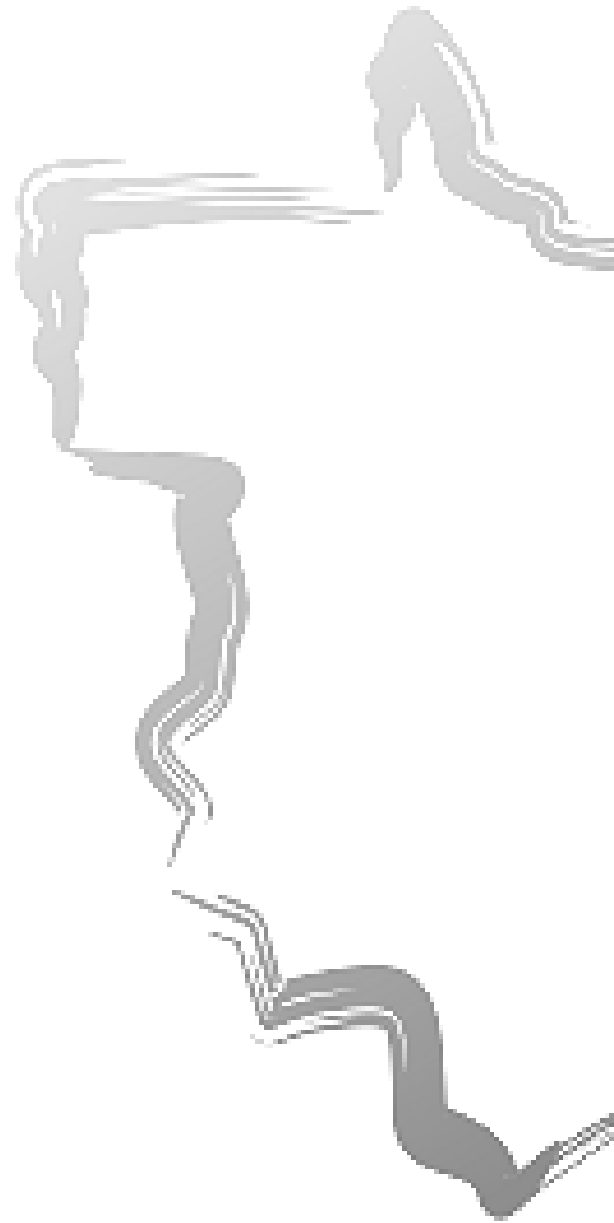
RESUMO: O presente artigo propõe uma releitura da autobiografia *Ilhota, testemunho de uma vida*, escrito por Zeli Barbosa em 1972 e publicado 21 anos depois pela coleção *Outras Vozes* da prefeitura de Porto Alegre. O objetivo é apontar a potência de denúncia, deste e de outros textos possíveis, com a desconstituição de suas perspectivas racialistas. Propõe-se para isso, no conjunto dessa pesquisa, o uso da noção de *duplo* na constituição de um modelo heurístico, denominado no conjunto dessa pesquisa de leitura insolente. Busca-se então a aproximação de elementos da tradição negra, considerando suas características simbólicas e em movimento. As características de oralidade empregadas na escrita e a tristeza que motiva sua produção remetem para os lamentos dos escravizados, guardadas em cantos graves e repetitivos. Por outro lado, essa tristeza contida e principalmente descrita pela autora aponta para o banzo, referido na bibliografia sobre o escravismo como constante e mortal entre os escravizados. Essas referências tradicionais são utilizadas como categorias para a análise do relato de Zeli, a fim de desvelar suas denúncias em potência.

Palavras-chave: Ilhota; leitura insolente; negro; racialismo; autobiografia.

ABSTRACT: This article proposes a new reading of the autobiography *Ilhota, testemunho de uma vida*, written by Zeli Barbosa in 1972 and published 21 years later by the collection of *Outras Vozes* of the city of Porto Alegre. The objective is to point out the power of denunciation, from this and other possible texts, with the desestablishment of their racialist perspectives. In this research, we propose the use of the notion of double in the constitution of a heuristic model, named insolent reading in the set of this research. We search then for the approximation of elements of black tradition, considering its symbolic and moving features. The features of orality used in writing and the sadness that motivates its production refer to the laments of the enslaved, stored in serious and repetitive songs. This sadness contained and described by the author points to banzo, referred to in the bibliography about the slavery as constant and deadly among the enslaved. These traditional references are used as categories for the analysis of Zeli report to unveil their potential denunciations.

KEYWORDS: Ilhota; insolent reading; black; racialist. autobiography.

¹ Doutor em Ciências da Comunicação. Jornalista. Coordenador do bacharelado em Jornalismo da Universidade Luterana do Brasil.



Introdução

O livro *Ilhota, testemunho de uma vida*, é um importante registro de memória de um território que foi desconstituído pelo processo de urbanização da cidade de Porto Alegre, na segunda metade do século passado. Escrito em 1972 por Zeli Barbosa, inicialmente como uma tentativa de esquecimento de sua experiência de morar naquele território entre 1959 e 1964, foi publicado 21 anos depois na coleção *Outras Vozes* da prefeitura de Porto Alegre.

A história de vida de Zeli Barbosa repete a de muitas mulheres negras que foram meninas no Rio Grande do Sul pelo menos até os anos 70, mas que ainda mantêm resquícios. Nascida numa família muito pobre, foi morar ainda criança na casa de família branca na qual realizava os serviços domésticos, sobras da cultura escravocrata. Depois de casar, foi morar na Ilhota e manteve-se trabalhando como doméstica. Com pouca instrução, escreveu o texto ainda impactada pela experiência.

Criada nessa família de classe média, a autora parte de referenciais de comportamento, costumes e éticos de um outro lugar que não o dos moradores da Ilhota. Os questionamentos que a autora se propõe, a todo o momento no texto, sobre os outros moradores daquele território refletem a inadequação dos critérios estabelecidos para análise de um ambiente de miserabilidade, mas que resiste culturalmente. Portanto, apesar de conviver no espaço da Ilhota, os códigos ali vigentes lhe são estranhos, pois Zeli não apreende em sua totalidade as dinâmicas e sociabilidades desenvolvidas pelos moradores do lugar.

O texto de Zeli, ‘descoberto’ pela socióloga Enid Backes, sua empregadora da época, é escrito em primeira pessoa e muitas vezes as personagens tem o nome trocado. A edição manteve os erros gramaticais para não influir sobre a autenticidade do texto, corrigindo alguns pontos para facilitar a compreensão. O relato inicia contextualizando o lugar de fala da autora. Conta que enquanto morou na Ilhota “A coisa era tão grave, digo meu sentimento de morar num lugar daqueles, que eu fazia até meu marido infeliz” (1993, p.22). Esse sentimento é projetado sobre o ambiente, pessoas e situações indistintamente, impossibilitando que compreenda as dinâmicas outras do local.

O relato de Zeli confronta, à primeira vista, o imaginário sobre a Ilhota que é positivado por estar relacionado a vida e obra de Lupicínio Rodrigues, que nasceu, morou e cantou a região. Oferece igualmente outra visão sobre a Ilhota à comunidade negra que a considera um dos territórios tradicionais de referência da cidade, ao lado da Colônia

Africana e do Areal da Baronesa, por ter se tornado um lugar de concentração de negros pouco tempo depois da abolição. Trata-se, portanto, de um registro pessoal, mas detalhado da situação de um dos territórios negros tradicionais de Porto Alegre, pouco mais de meio século depois da Abolição, e dessa área em específico.

Nos anos 60, a cidade passava por um processo de urbanização que valorizou as áreas próximas ao Centro, levando ao desaparecimento da *Ilhota* pela mudança do trajeto do Arroio Dilúvio e o aterramento do traçado original da formação para construção do Projeto Renascença. Neste sentido, o texto guarda o registro desse lugar e indícios da situação em que viviam os moradores do local e, de maneira geral, as comunidades negras ainda na segunda metade do século 20 em Porto Alegre.

No entanto, esses indícios somente podem ser explorados em sua potência de denuncia com a desconstituição da perspectiva racialista da autora, fruto de sua vivencia em meio a uma família branca e de classe média. O branqueamento, além de política de Estado, foi imposto como forma preferencial de integração social, mesmo que parcial, à maioria da população negra brasileira desde o pós-abolição, levando a autonegação cultural e identitária.

A fim de enfrentar essa perspectiva racialista, deste e de muitos textos possíveis de (re)análise, propõe-se o uso da noção de *duplo* na constituição de um modelo heurístico, denominado no conjunto dessa pesquisa de insolente. Neste texto, parte-se do entendimento que as referências culturais a partir das quais o texto foi escrito estão ligadas ao branqueamento. O duplo possível é a descoberta das estratégias de resistência cultural das situações e pessoas apresentadas no texto. Busca-se então a aproximação de elementos da tradição negra, considerando suas características simbólicas e em movimento.

Pelas características de oralidade empregadas na escrita e a tristeza que motiva sua produção, remete para os lamentos dos escravizados, guardadas em cantos graves e repetitivos. Por outro lado, essa tristeza contida e principalmente descrita pela autora aponta para o banzo, referido na bibliografia sobre o escravismo como constante e mortal entre os escravizados. Essas referências tradicionais serão utilizadas como categorias para a análise do relato de Zeli, a fim de desvelar suas denúncias em potência.

O texto organiza-se em quatro seções. Inicialmente apresenta a Ilhota, a partir de estudos sócio-históricos, seguido da leitura que Zeli fez da região. Essa perspectiva é tensionada então pela proposta de banzo, entendido como um processo de recusa a uma

situação, e, por fim, busca-se uma leitura insolente do texto, ou seja, que supere a perspectiva de branqueamento inerente a escrita da autora.

O ESPAÇO SOCIAL DA ILHOTA

A população negra de Porto Alegre concentrou-se principalmente em duas áreas no entorno do Centro da cidade no pós-abolição, a chamada Colônia Africana, no então Segundo Distrito, e às margens da Cidade Baixa, nos chamados Areal da Baronesa e Ilhota. São poucos os relatos de antigos moradores e menos ainda os publicados sobre as dinâmicas e sociabilidades desses territórios. O livro *Ilhota, testemunho de uma vida*, de Zeli Barbosa, é um importante registro de um desses territórios que foram desconstituídos no processo de urbanização da cidade.

A década de 60 vai marcar no Brasil uma aproximação entre as populações rurais e urbanas, segundo o IBGE¹, resultado das políticas desenvolvimentistas do governo Kubitschek. A industrialização do período tem relação direta com o processo de urbanização. No entanto, somente o censo populacional dos anos 70 indicará que a maioria da população, 55,9%, reside nas cidades. Essa década será marcada pelo desaparecimento da Ilhota para o desenvolvimento do projeto Renascença, financiado pelo Banco Nacional de Habitação (LOPES, CIOCCARI, 2013), dentro da proposta de modernização e ampliação da área urbana da capital gaúcha.

A Ilhota surgiu em função de obras para redução dos alagamentos na confluência dos arroios Dilúvio e Cascatinha, realizadas pelo poder público Municipal em 1904 (ALBINO, 2015). A faixa de terra, cercada pelas águas dos arroios, foi ocupada por uma população negra, pobre e que prestava serviços no Centro da cidade. A Ilhota estendia-se da rua Lima e Silva até a rua 13 de Maio, atual avenida Getúlio Vargas, e da Praça Garibaldi até a avenida Ipiranga. Os endereços eram referidos como pertencentes à rua Ilhota e à Travessa Baptista. A organização, no entanto, não seguia a linearidade dos projetos de urbanização de aspiração modernistas. Segundo Pesavento (1999),

além de pedaço de terra isolado pelas águas, era também um espaço de isolamento social e exclusão. Fotos antigas nos mostram ‘casebres’ amontoados, sem alinhamento, num labirinto de pequenas ruas e ‘becos’, dos quais o mais temido, onde a polícia não se aventurava a entrar, era o ‘Buraco Quente’, no coração da ‘Ilhota’, cujo nome explicitava a periculosidade do local.

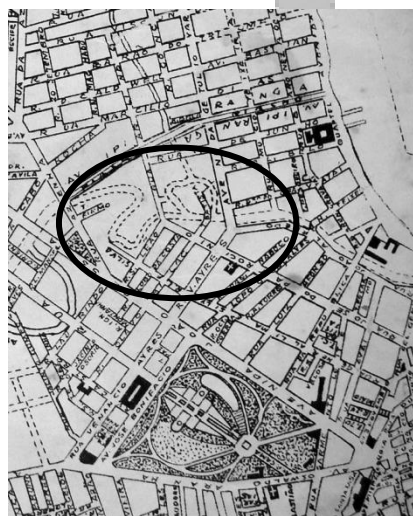
Descrito como um local de desordens com a presença de “botecos, bordéis e espeluncas” (PESAVENTO, 1999), tornou-se conhecida como lugar de boemia, cantado

em versos de Lupicínio Rodriguesⁱⁱ (1937). Por outro lado, por ser uma região próxima ao Centro da cidade, também residiam trabalhadores de baixa remuneração, como domésticas e operários da construção civil. Apesar disso, Lupicínio aponta que “nem mesmo a justa / vai visitar seus banhados”ⁱⁱⁱ, apontando a ausência do estado. Os batuques também eram formas de sociabilidade permanentes, independente se de caráter sagrado ou festivo (PESAVENTO, 1999; LOPES, CIOCCARI, 2013).

Além desta ausência do poder público e da miserabilidade da população, a ocupação desordenada devia-se aos frequentes alagamentos, em função do transbordo principalmente do arroio Dilúvio. As primeiras intervenções do município na região ocorreram em 1939 e principalmente após a enchente que atingiu a cidade de Porto Alegre em 1941 (LOPES, CIOCCARI, 2013). No mapa da cidade de 1945^{iv}, seguindo o Plano Diretor de 1943, pode-se observar o projeto de urbanização da região com o aterramento dos arroios que circundavam a Ilhota. O mapa indica ainda áreas sem marcação urbanística, muitas ocupadas por vilas irregulares que surgiram no entorno da formação.



Registro da Ilhota no mapa de 1935.



Registro do projeto de aterramento no mapa de 1945.

O Plano Diretor também previa a descentralização da cidade para solucionar a densidade populacional da região (SANVITTO, 2000) e propunha a expansão urbana com o prolongamento da avenida Protásio Alves, além da instalação do Pronto Socorro em direção à região Nordeste. Conforme o Decreto Municipal nº 333/46, 77 casebres foram retirados para a canalização do arroio Cascatinha e outras 87 foram retiradas em 1948.

No Plano Diretor de 1959, que criou os bairros e ficou vigente até recentemente^v, foi detalhado o reassentamento da Ilhota e projetou o traçado da Primeira Perimetral. A elaboração do plano coincide com a chegada de Zeli à Ilhota. O processo de extinção efetiva da área, no entanto, ocorreu a partir da década seguinte, quando os moradores foram deslocados para regiões periféricas de Porto Alegre, como os bairros Restinga, na região sul, Vila jardim e Bom Jesus, na região nordeste, além de cidades próximas como Viamão e Alvorada.

O deslocamento populacional produziu uma nova diáspora das comunidades negras, repetindo em menor escala o processo de desterritorialização e reterritorialização da travessia escravista. Neste processo, as sociabilidades ligadas ao território tornam-se essencialmente simbólicas. Enquanto narrativas, principalmente orais, mas também escritas, de memórias serão a forma de manter as vivências e experiências do território que não mais existe, para outros se tornará uma forma de esquecimento. Esse é o caso do texto produzido por Zeli.

A ILHOTA NARRADA POR ZELI

A comunidade da Ilhota originou-se da ocupação de uma área pública (ZELI, 1993), surgida com as obras de escoamento do excesso de água do arroio Cascatinha para prevenir os alagamentos que atingiam a região. Apesar da área não ter um proprietário, muitos moradores pagavam aluguel. A família de Zeli, por exemplo, pagava para uma senhora identificada como Dona Olga, uma das mães de santo da Ilhota.

A cobrança dos alugueis ocorria provavelmente pela propriedade dos casebres, considerando que não havia propriedade da terra. Apesar do pagamento, esses eram em condições precárias e construídos praticamente sem espaço entre eles, organizados como vagão, ou avenida^{vi}, ou seja, uma atrás das outras com um pequeno corredor de passagem, com patente e tanque coletivo. Essa condição é referida em alguns momentos do texto, como quando conta que “o lugar em que existia a pena que eu estava lavando ficava um pouco afastado das casas (ZELI, 1993, p.39)

A precariedade das fossas deixava a região sanitariamente inabitável. No entanto, pelas condições econômicas da população negra, eram obrigados a manter-se ali e conviver com a inexistência de condições sanitárias. Segundo Zeli (1993),

Sentar no quintal era a última coisa que se podia pensar, pois o odor fétido das fossas em cada casa, ou melhor, em cada quintal, existia três ou quatro fossas e mais lixos e banhados com toda a espécie de detritos que formavam os piores odores possíveis. Muitas vezes não dava nem para dormir ou almoçar, com tal mau cheiro (p.28)

Os constantes alagamentos pioravam a questão sanitária por espalhar o conteúdo das fossas. Dependendo o volume de chuva, os moradores ficavam impedidos alguns dias de sair de casa, a não ser que andassem dentro daquela água misturada com o esgoto. Em sua primeira experiência de alagamento, Zeli diz ter acionado o corpo de bombeiros que não pode auxiliá-la, pois “eles teriam que sugar a água não do meu quintal, mas de toda a vila, senão não adiantaria porque a água voltaria novamente porque não tinha de onde sair o escoamento, os bueiros não davam conta” (ZELI, 1993, p.57).

Outro problema dos alagamentos é que essa água muitas vezes invadia as casas, provocando a perda dos poucos bens que os moradores possuíam, ou a contaminação por doenças. Também levava a proliferação de problemas respiratórios, principalmente a tuberculose que, por falta de assistência médica, levava muitos moradores à morte. “Muita gente bem conhecida (minha) morreu assim sem ter tempo de ser recuperado” (ZELI, 1993, p.35). Um dos filhos da mulher que alugava a casa para a escritora morreu aos 16 anos da doença. Igualmente relata a história do vizinho, apelidado de Alemão, que morreu da doença e um ano depois a esposa.

A violência era outra causa de morte na Ilhota. Tema recorrente no texto, mostra que essa se dava entre os moradores da região, desses com frequentadores e mesmo com a polícia. São vários os assassinatos a facada e a tiros relatados (ZELI, 1993, p.17, 18 e 25), principalmente durante “uma onda de mortes, crimes e roubos dos mais diversos”. A polícia enfrentava dificuldade para controlar a situação pelas características da região e por vezes ser recebida a tiros. “Ouvi disparos e uma barulheira infernal, meu esposo chegou dizendo [...] que marginais e policiais lutavam por igual” (p.28).

O resultado disso era uma atuação violenta por parte da polícia. Zeli (1993) fala sobre frequentes espancamentos de moradores (p.26) e casos de tortura praticados por policiais. Além disso, eram muitas as invasões de residências (p.38, 40 e 41). Comumente também era realizada uma blitz na entrada da ilha em que eram presos os desempregados e os trabalhadores que estivessem com a carteira de trabalho desatualizada (p.39)^{vii}. Isso fazia com que as pessoas tivessem medo da polícia “principalmente as crianças. As minhas não podiam ver um brigadiano, pois tinham medo de farda” (ZELI, 1993, p.41).

Através da blitz, a repressão aos moradores era indistinta, considerando que a maioria ocupava subempregos, muitos sem formalização, ou estavam desempregados. Entre as profissões referidas aparecem prostitutas, domésticas, biscateiros e carteiros. Os biscateiros^{viii} eram principalmente pessoas que não queriam ser mandados, como o marido e o cunhado, segundo Zeli (1993). Outro grupo apontado por ela era os que decidiam não fazer nada^{ix} e por isso não saíam de casa para trabalhar. Também haviam os aposentados que geralmente seguiam trabalhando, pois “o dinheiro do instituto só dava para comer, (...) terá de trabalhar para o resto de seus gastos como roupas, calçados e remédio”.

O relato de Zeli (1993) oferece um conjunto de rastros que possibilitam reconstituir, a partir de sua perspectiva, o que foi a Ilhota. Além dos aspectos territoriais, é possível observar as relações do poder público com o local e principalmente as condições de vida da população ali residente. Produzido como tentativa de esquecimento que ela entende ser de sua experiência e vivência na Ilhota, aponta para o esquecimento da situação daquela população. Trata-se, portanto, de um relato pessoal que adquire dimensão social de denúncia.

A leitura insolência possível no texto está guardada, no entanto, no que ele dialoga com a tradição cultural negra. Apesar de buscar negar sua condição de igual, Zeli remete a elementos de resistência escravista: a narrativa em forma de um lamento e sua decisão pela tristeza, o banzo. A característica de oralidade do texto e a forma com que escreve retomam a tradição dos lamentos dos escravizados, marcados pelo *duplo* de chamada e resposta. A tristeza relatada pela autora remete ao banzo, pois deseja voltar a sua condição anterior de vida.

O BANZO REVERSO NA AUTOBIOGRAFIA DE ZELI

O banzo aparece na historiografia como uma tristeza que os escravizados apresentavam por terem sido retirados de seu território em África e que levava a morte. Inserido na cosmogonia de povos iorubas, aprofunda-se as leituras possíveis do sentimento. Nessa cultura, há uma continuidade entre o mundo dos vivos e dos mortos possibilitada pela música. Também acreditam na reencarnação, mas, ao contrário do entendimento espírita-Occidental, o paraíso é estar vivo. Por isso, renascem a fim de voltar e estar fisicamente entre os seus (PRANDI, 2005). Inserido neste contexto, pode-se inferir que o banzo era usado como uma estratégia de retorno ao seu povo em África, onde voltariam a ser alegres. Desta forma, pode-se sistematizar o banzo como um processo em

que uma situação é bruscamente interrompida e modificada e se deseja voltar à situação original.

O relato de Zeli segue o mesmo processo, no entanto, de forma reversa porque ela não deseja estar entre os seus, os negros pobres da *Ilhota*. A narrativa mostra Zeli que teve sua situação bruscamente transformada quando foi morar na Ilhota, o que desencadeou um desejo de morte que só foi revertido quando ela saiu daquele lugar. Enquanto o banzo tradicional remete a um retorno a cultura de pertencimento, o banzo de Zeli busca voltar a viver junto aos valores do branqueamento; ou seja, uma volta a cultura imposta.

O casamento marca a ruptura na vida da escritora que até então morava na casa de uma família branca de classe média. Com o matrimônio, passou a morar num casebre na Ilhota que é quando inicia seu banzo. A partir de então, deixa claro que nos seis anos em que viveu na Ilhota foram de banzo, pois “a cada instante que passava, morria lentamente (p.15) porque eu me transformei numa mulher triste, amargurada e sem vontade própria (p.22) com o medo que eu vivia e horror que eu tinha do futuro (p.43)”.

Embora ela responsabilize a situação e as relações da Ilhota, o banzo deve-se ao branqueamento identitário da autora. Apesar dos diversos problemas espaciais já referidos, ela nega qualquer tipo de relação sadia no lugar, contrariando os relatos da tradição oral de quem partilhava dos códigos de sociabilidade do lugar. No entanto, pode-se observar em diferentes momentos do texto que a autora entende as facilidades de morar no lugar, pelo fácil acesso a serviços de saúde, principalmente (p.50), bem como as qualidades de muitos moradores.

Sobre os moradores, escreve sobre um “rapaz que tinha uma mãe maravilhosa” (p.30); “eram uma família de pessoas honestíssimas e distintas” (p.32); “no nosso pátio, tinha um senhor, pessoa muito querida” (p.33); “pessoa muito boa” (p.35); tinham outras famílias preocupadíssimas com o futuro de seus filhos” (p.43); “moravam umas prostitutas que me ajudaram muito” (p.70). Observa-se que, em função de sua recusa ao ambiente, estabelece relações secundárias mesmo com as pessoas com as quais compartilha vivências e sentimentos.

As referências a partir dos quais interagiu com a situação provocava o estranhamento que levava a desestruturação de sua interioridade, sofrimento e a quase morte, o banzo. Portanto, ela não estava aberta a reinventar-se como negra e assumir seu pertencimento étnico-racial, o que diminuiria o estranhamento frente as relações sociais e culturais. Sua decisão era voltar a viver entre os brancos de classe média, ou os negros que

aceitaram o branqueamento, sem que isso fosse acompanhado dos avanços socioeconômicos necessários.

O banzo de Zeli visava seu renascimento simbólico no mundo dos culturalmente assimilados. Quando escreve em 1972, ainda nega qualquer recordação positiva de sua experiência na Ilhota e refere que “hoje em dia quando paço por lá pela praça Garibaldi, eu olho para o lado de lá, faz de conta que eu nunca morei lá” (p.59). Por isso, é possível afirmar que ela renasce quando sai da *Ilhota* mesmo que tenha sido deslocada do Centro para fora cidade, indo morar na limítrofe Alvorada. Sua saída também simboliza o fim da comunidade ali existente e das estratégias de resistência espacial e cultural que ocorriam naquele lugar.

Muitos desistiram de ser integrados à cidade e às esferas de cidadania.

Muitas vezes fica melancólica quando penso naquelas pessoas que não conseguiram, como nós, livrar-se daquela vida, tenho encontrado muitas pessoas que estão vivendo embaixo da ponte ou na doca, viraram maloqueiros, pessoas que trabalhavam e que depois de ir para longe não aguentando o sacrifício, resolveram ganhar a vida de outro meio mais facilmente como mendigar (ZELI, 1993, p.66)

Apesar de conhecer o contexto em que as relações se estabeleciam, Zeli responsabiliza as pessoas pela situação. Por isso, lamenta de não terem conseguido sair daquela vida, como ela, apesar de ela nunca a ter realmente vivido com os moradores da Ilhota. Esquece também que esses que passaram a “ganhar a vida (...) facilmente” já haviam desistido de integrar-se. Se antes estavam marginalizados em seus casebres, agora perderam o lugar e por isso perambulam pelas ruas. Afinal, havia necessidade de pagar a prestação das novas residências. Sem trabalho e morando longe, os que desistiram não conseguiriam nem mesmo comer. A escolha foi pela necessidade mais básica.

Por outro lado, sabe que o lugar onde foi morar depois que saiu da Ilhota é muito longe e demanda sacrifício, mesmo assim aceita submeter-se a ele e reacomoda-se à situação que, para sua visão de mundo, é compreensível. Essas duplicidades, levantadas pela própria autora, refletem-se na forma como escreve. O texto não foi pensado para ser lido por outras pessoas. Foi produzido como um dispositivo de esquecimento, um lugar para guardar e livrar-se daquelas memórias indesejadas. Por isso, apresenta-se como um auto diálogo em diferentes momentos.

O banzo de Zeli, portanto, se dá pela negação da situação em que vive, mas reflete todo o contexto em que está inserida e que está relacionado a situação de toda a comunidade negra da Ilhota. As questões apontadas no texto desta forma refletem de certa

maneira de toda a população negra de Porto Alegre naquele momento. Portanto observa-se uma potente duplicidade no texto, pois ao se pensar a partir de Zeli, é possível entender a relação entre a Cidade e sua população negra e pobre no período.

UMA LEITURA INSOLENTA DO LAMENTO DE ZELI

A percepção de Zeli sobre a Ilhota está mediada pelo processo de branqueamento ao qual foi submetida ainda na infância. No entanto, ela é uma mulher negra, com pouco estudo formal, o que pode ser observado pela maneira como escreve^x, e mantida em serviços domésticos de baixa remuneração. Essa é a primeira contradição possível de ser observada no texto. Fica claro que Zeli não tem consciência de sua situação e que, por isso, coloca-se do outro lado e deseja estar ao lado do outro.

As sociabilidades cotidianas da comunidade eram vistas por Zeli de maneira pejorativa. Entendia que “mulher, cachaça e samba não faltava” (p.22), enquanto as pessoas que ali moravam a “chamavam de rica porque eu não falava com ninguém” (p.60). A visão de Zeli sobre as festas de negros segue os estereótipos que ligam o samba ao sexo e a cachaça, sem atentar-se as estratégias de resistência e de afirmação cultural, bem como as características comunitárias nos ritos musicais característicos das culturas negras em África e na diáspora.

Esse deslocamento, que surge da contradição de pessoalmente não se entender como negra, mas socialmente ser tratada como, faz com que não queira estar entre os seus e nem mesmo compartilhar, ou se solidarizar, pela situação de miséria a que todos – inclusive ela, são submetidos. Por isso, se insurge contra a cultura dos negros que em sua maioria na Ilhota não se submeteram ao processo de assimilação cultural e branqueamento social e muitas vezes confrontam fisicamente o Estado, que só chega nas regiões de miséria através das forças policiais.

A violência presente na região mostra-se hora como reflexo da miséria em que viviam os moradores, hora como uma forma de resistência a essa condição a que eram submetidos pela falta de oportunidade e abandono do Estado. O surgimento da Ilhota se dá com a invasão da área por negros libertos e seus descendentes diretos, ou seja, tem em sua origem a repulsa e, ao mesmo tempo, os resquícios das relações escravistas que foram mantidas física e simbolicamente contra os moradores da área pelas seis décadas de existência da *Ilhota*. A violência torna-se então uma forma de resistência e resposta a esse racismo, utilizando o temor como forma de imposição de sua existência principalmente em

relação ao entorno. Por outro lado, pela inexistência de uma tradição territorial, o poder vai se organizar internamente a partir de lideranças religiosas, as mães de santo, e pela violência.

A resposta do Estado a essa violência como forma de impor sua permanência será igualmente violenta, principalmente pela ação das polícias. A continuidade das políticas de repressão ao chamado Perigo Negro^{xi}, através do chamado racismo institucional pelas forças policiais vai manter a imagem do negro como suspeito. Desta maneira, todos os que moram na *Ilhota* são tratados como culpados por ser, ou viver como o negro. Esse processo de repressão indiscriminada tornava-se facilitado pelas poucas entradas e saídas da *Ilhota*, tornando simples o controle do fluxo de pessoas.

Os moradores eram submetidos a prisões arbitrárias, frequentes espancamentos e torturas no local, ou nas delegacias, além da invasão das casas pelas forças policiais sem controle, ou autorização judicial. O enfrentamento entre os moradores, principalmente os mais violentos, e forças policiais dava-se como forma de reação a essa atuação violenta das polícias. Ao mesmo tempo, tratou-se de uma forma de resistência a esse entorno e ao Estado que rompia o desinteresse com a *Ilhota* somente pela violência. Por outro lado, esses enfrentamentos com as forças policiais servia igualmente para a imposição de poder frente aos moradores da comunidade.

A inexistência de outras formas de intervenção do Estado fica claro pelas condições de moradia, sanitárias e as consequências na saúde dos moradores. As casas eram predominantemente malocas, ou seja, construídas sem planejamento e muitas vezes sem material adequado. A presença de cortiços e avenidas demonstram uma concentração de muitas pessoas em espaços restritos e inadequados, o que privilegia relações mais próximas pela inexistência de espaços de intimidade.

A espacialidade da construção das residências igualmente não tinha nenhum tipo de planejamento e por isso somente existiam duas ruas reconhecidas, rua *Ilhota* e Travessa *Baptista*. O restante eram becos e ruelas, cujos nomes referiam-se a características e experiências do lugar. Essa falta de planejamento e da presença do Estado, aliado às condições alagadiças do terreno, produziu uma região mesmo que habitada sem nenhuma condição sanitária.

O esgoto sem tratamento e a céu aberto produzia um forte fedor permanente na região. As fossas naturais e as patentes todas de uso coletivo transbordavam quando havia enchente, o que era comum pela característica do lugar. Esse lodo a céu aberto piorava em

muito o cheiro e ainda expunha os moradores, que tinham que transitar em meio a essa água contaminada, às mais diferentes doenças. Durante todo o período em que existiu a comunidade, não houve nenhum tipo de intervenção em investimentos sanitários, ou prevenção em saúde. O acúmulo de lixo e a existência de banhados permanentes complicavam ainda mais a situação.

Mesmo expostos aos riscos sanitários, os moradores não possuíam nenhum tipo de serviço médico formal no local e os pobres somente conseguiam atendimento na Santa Casa. Com isso, além das muitas doenças provocadas pelo ambiente em que viviam, tinham pouco acesso ao atendimento em saúde. A própria espacialidade e a concentração de pessoas facilitavam a propagação de doenças. A tuberculose era uma doença frequente e mortal entre os moradores. A forma de transmissão da doença e a falta de prevenção e controle levava a contaminação de muitas pessoas da mesma família e vizinhança. Ao lado da violência, a tuberculose era uma das principais causas de morte.

Os resquícios da escravidão também se mantinham nas relações com o trabalho e muitas das profissões desempenhadas pelos moradores da Ilhota. Os empregados trabalhavam em atividades de pouca especialização e baixa remuneração. Destacam-se as domésticas, os operários da construção civil, carteiros, prostitutas e muitos desempregados. Chama atenção dois grupos referidos: os biscateiros e os que desistiram. Os biscateiros justificavam sua condição afirmando não querer ser mandado. Para isso, realizavam diferentes atividades recebendo como diarista, ou por serviço realizado. Essa cultura impõe-se como resistência ao mercado que inferioriza o trabalhador negro, quando oportuniza um emprego. Também era uma forma de recusa ao trabalho compulsório do escravismo e dos primeiros anos de libertação. O grupo dos que desistiram radicaliza esse confronto com a situação de marginalização e preconceito encontrado no mercado de trabalho.

A leitura possível a partir do lamento de Zeli possibilita entender a organização espacial e principalmente os problemas que atingiam a comunidade. Não entendendo ser vítima do mesmo processo, utiliza critérios inadequados para a análise daquele ambiente de miserabilidade e resistência. Por isso, ela quer sua vida de volta. A vida que foi ensinada, referenciada na sociedade branca e de classe média, e que foi interrompida quando teve que viver entre os negros. A distância cultural entre os diferentes grupos sociais tornava as dinâmicas e sociabilidades da Ilhota incompreensíveis para Zeli.

CONSIDERAÇÕES

Apesar de negar os elementos culturais negros, nos quais é imersa quando vai morar na Ilhota, o texto de Zeli é caracterizado por elementos dessa tradição que ela insiste em recusar. A autora vivencia, como pode ser observado em seu relato, um período de morte simbólica que se assemelha ao banzo, apontado como uma das causas de morte dos escravizados. Seu texto, igualmente, segue as estruturas da oralidade, impondo-se como um lamento. Esse aspecto é característico das músicas de matriz afro. Aproxima-se com isso do samba, por exemplo, gênero criticado por várias vezes pela escritora por não entender os aspectos de resistência cultural e coletividade das festas.

Essa Ilhota submersa no texto de Zeli refere-se ao momento em que se dá a desconstituição dos territórios negros que formaram um cinturão ao Sul e Norte do Centro da cidade. Ao mesmo tempo que significa um investimento em modernização da cidade, representa igualmente um novo processo de eugenia. As áreas até então ignoradas pelo poder público recebem grandes investimentos em saneamento e pavimentação, acabando, por exemplo, com as enchentes que atingiam a região da Ilhota – que seria transformada no Complexo Renascença.

Os investimentos ficaram, desta forma, condicionados a retirada da população negra que foi deslocada para regiões distantes do Centro e com pouca estrutura. Para Zeli, este movimento espacial equivale a um renascimento. Para as Comunidades negras, significará um novo movimento de desterritorialização, repetindo em pequena escala o processo da diáspora escravista. Apesar de tratar-se de um lamento pessoal registrado em texto, oferece elementos para compreender a situação a que era submetida a comunidade, além das relações estabelecidas entre os moradores.

A leitura possível para Zeli do ambiente e das relações da Ilhota é bastante negativa, pois seus critérios não são adequados para avaliar as pessoas, a cultura e as sociabilidades do lugar. Por ter sido educada a partir dos padrões de uma família de classe média branca, a Ilhota lhe é indecifrável. No entanto, a partir de tudo o que observa e aponta é possível depreender elementos de contexto que possibilitam uma leitura a partir de outro lugar que não ocupa o arco principal da narrativa. As impressões, interpretações e experiências da escritora estão colocadas em primeiro plano, fazendo muitas vezes desaparecer a Ilhota.

O ressurgimento dessa Ilhota no texto de Zeli se dá através da proposta de uma leitura insolente. Essa leva em consideração a visão branqueada da autora e propõe a

desconstituição deste a fim de entender as dinâmicas do lugar a partir das pistas e do contexto apresentados no texto. Trata-se de uma tentativa de desvelamento de contextos e situações que em função da visão do período ou de quem escreveu fica oculto por outras preocupações. É o caso do texto aqui analisado em que Zeli tenta esquecer sua experiência pessoal e, com isso, produz um registro sobre a Ilhota que se torna um registro permanente daquele lugar.

REFERÊNCIAS

BAROBOSA, Zeli de Oliveira. **Ilhota**. Testemunho de uma vida. Porto Alegre: EU/Pref. Porto Alegre, 1993.

LOPES, José Sérgio Leite; CIOCCARI, Marta. **Narrativas de desigualdade**: memórias, trajetórias e conflitos. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.

PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados**. Orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANVITTO, Maria Luiza Adams. **Porto Alegre e os ideais da cidade moderna**. Seminário da História da Cidade e do Urbanismo, 2000, Natal. Anais CD-Rom Sexto Seminário da História da Cidade e do Urbanismo, 2000.

SILVA, Jones Lopes da. Conheça a Ilhota, primeira morada de Lupicínio. **ClicRBS**, 16/09/2014. Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2014/09/conheca-a-ilhota-primeira-morada-de-lupicinio-4597594.html> Acessado em 19/09/2016.

ⁱ Tendências demográficas, 2000. IBGE, 2001.

ⁱⁱ “Ilhota, minha favela moderna/ onde a vida na taberna / é das melhores que há” (Ilhota, s/d).

ⁱⁱⁱ Ilhota, sem data.

^{iv} Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho.

^v O Plano Diretor de 1959 somente foi substituído pela Lei 434, de 1999.

^{vi} Os vagões, também denominados avenidas, eram cortiços horizontais, construídos em terrenos longos e estreitos. As construções para aluguel eram feitas de madeira e organizadas uma atrás da outra, como portas laterais, parecendo vagões.

^{vii} Essa prática remete ao hoje extinto artigo de vadiagem, forma de controle e repressão da população negra utilizada desde o pós-abolição.

^{viii} O biscateiro é o profissional que faz qualquer tipo de atividade em troca de remuneração. Esse aspecto de pessoas que não gostavam de ser mandadas e por isso não buscavam trabalhos regulares na primeira metade do século 20 é uma questão recorrente nos relatos familiares entre os negros.

^{ix} Esse aspecto abre espaços para estudos. Hipoteticamente pode ser abordado como uma forma de resistência às condições encontradas no mercado de trabalho.

^x Como referido, o editor manteve ao máximo a grafia original, intervindo somente quando havia problema de clareza no texto.

^{xi} A constatação no período de expansão Imperialista, iniciada em torno de 1870, de que as populações não brancas eram superiores em todos os continentes com exceção da Europa produziu a ideologia do Perigo Negro (BARRACLOUGH, 1983). O aprofundamento do controle social nesta perspectiva gerou uma série de

ações discriminatórias em todo o planeta. Esse projeto de dominação do mundo encontrou no Brasil construções simbólicas escravistas.

